



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

## **Interpelação ao Governo Regional**

### **“O caos instalado na SATA e as ligações aéreas nos Açores”**

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

A operação de verão da SATA constituiu um desastre de enormes dimensões. Inumeráveis atrasos, um número muitíssimo elevado de cancelamentos, insuficiência da resposta operacional da empresa perante as necessidades conjugadas dos fluxos turísticos e da natural necessidade de mobilidade dos açorianos, uma insensibilidade gritante perante os graves constrangimentos colocados aos utentes da empresa e a concretização de negócios ruinosos ao nível do fretamento de aviões e de tripulações externas.

Não é possível olhar para o que aconteceu e não concluir que o planeamento da operação da SATA foi muito incompetente. Um autêntico desastre! Não existem desculpas para esta situação. Existem responsabilidades e existem responsáveis. Existe a necessidade de garantir que esta situação não se repete. A SATA perdeu prestígio, acumulou prejuízos e afetou a vida de muitos açorianos, nacionais e estrangeiros que nos visitaram ao longo deste período.

É verdade que a SATA enfrentou, este verão, uma situação de grande fragilidade devido a um conjunto de decisões prévias, dos sucessivos governos socialistas, que se revelaram desastrosas. Refiro aqui apenas duas, que explicam em grande parte os pés de barro do gigante:

1 - O Governo Regional obrigou a empresa a manter, entre 2009 e 2014, um conjunto de rotas altamente deficitárias (em especial as dirigidas aos mercados europeus), que originaram um grave desequilíbrio económico e financeiro na empresa. O Governo Regional sabia - e tinha plena consciência - que a empresa estava à beira da falência técnica e que as rotas deficitárias não estavam a ser compensadas por outras com resultados positivos, mas mesmo assim manteve as orientações políticas



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

que dirigiram a empresa para o abismo e para uma situação de falência técnica.

Depois de obrigar a empresa a cometer uma espécie de haraquíri nas rotas europeias, o expectável é que o Governo Regional tivesse ao menos criado alguma forma de compensação financeira para a empresa. O Governo Regional fez exatamente o contrário: deixou de pagar as indemnizações compensatórias à SATA (a dívida do Governo Regional chegou a atingir uns extraordinários 48 milhões de euros e só os juros suportados entre 2009 e 2014, decorrentes dos atrasos nos recebimentos das entidades públicas, ascenderam a mais de 7 milhões de euros).

Nestas circunstâncias, a empresa foi obrigada a endividar-se a uma escala insuportável (a dívida global da empresa atingiu o astronómico valor de 165 milhões de euros), entrando mesmo em falência técnica. Que justificação e racionalidade têm os atrasos nos pagamentos à SATA, exatamente no momento em que o Governo Regional estava a obrigar a empresa a assumir prejuízos incalculáveis nas rotas europeias? A responsabilidade política do Governo Regional é, neste âmbito, colossal.

Depois de anos de bloqueio à liberalização do espaço aéreo açoriano, o Governo Regional foi vencido, mas não convencido, pelo estado de necessidade absoluta a que chegou. Com os sectores da construção civil, agricultura e pescas parcialmente destruídos, o Governo Regional decidiu, finalmente, deixar de bloquear o crescimento do sector turístico, algo que tinha obrigatoriamente de passar pela liberalização do espaço aéreo.

Nestas circunstâncias estratégicas - a que acresce o enorme esforço financeiro que a empresa necessita de realizar para renovar a frota - o Governo Regional deveria ter fortalecido a empresa ao nível financeiro, para que ela pudesse vir a suportar o cenário concorrencial. Pelo contrário, o Governo Regional delapidou e destruiu o equilíbrio financeiro da empresa, exatamente no momento em que a mesma teve de enfrentar um dos maiores desafios da sua história. A responsabilidade do Governo - ou melhor, a sua irresponsabilidade - é, neste contexto, ineludível.

2 - A incompetência gritante dos últimos conselhos de administração da SATA nomeados pelo Governo socialista. É ineludível a sua descoordenação e planificação deficiente. As atas e os documentos de gestão corrente demonstram a cada passo - conforme ficou provado na



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

comissão de inquérito ao Grupo SATA que ficou concluída em 2015 -, o total descontrolo, o amadorismo e a irresponsabilidade da gestão da empresa. É neste contexto que se mandam fazer estudos que custam mais de 330 mil euros, para logo a seguir os mandar para o lixo. Destino que também terá o Plano de Negócios em vigor, que – percebe-se agora – constitui uma das melhores peças de ficção, irrealismo e humor produzidas, ao longo deste século, nos Açores.

Quando se fala em realismo e incompetência, é impossível deixar de pensar nas decisões tomadas a nível da aquisição das aeronaves que constituem a frota da SATA. Hoje ninguém discute que os aviões adquiridos se revelaram desadequados às necessidades operacionais da empresa e que os mesmos fizeram disparar, para níveis insuportáveis, os gastos de manutenção. Nesta câmara parlamentar foi denunciada a irracionalidade desta decisão. Recordo-me bem das sucessivas intervenções do Sr. Deputado Artur Lima nesta matéria. Sem qualquer efeito. O Governo Regional persistiu, contra toda a lógica, no erro.

Percebe-se, aliás, que muitas das decisões estratégicas ruinosas da SATA são da responsabilidade do Governo Regional e da sua permanente intrusão na gestão da empresa. Com a agravante que significa o facto do relacionamento entre a empresa e o Governo Regional não estar, em grande parte, documentado. As instruções e orientações são apenas verbalizadas entre o Presidente do Conselho de Administração e o Governo Regional. É impossível verificar que instruções e ordens deu, de facto, o Governo Regional aos Conselhos de Administração da SATA. Tudo funciona de acordo com as regras da comunicação e tradição oral, que não são muito diferentes das adotadas pelos diferentes grupos humanos no Neolítico.

Este constitui o problema central da SATA: o elevado grau de intrusão do Governo Regional e do partido governamental na sua gestão. A empresa está totalmente submetida aos interesses estratégicos e eleitorais do Partido Socialista. Nestas condições – e destituída de qualquer autonomia e gestão racional – a empresa não tem qualquer hipótese de prosperar. No limite é possível afirmar que não existe qualquer diferença entre o seu Conselho de Administração e qualquer outra secção local do partido governamental.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Nos últimos parágrafos descrevi os fatores estruturais e o contexto que antecedeu a atual situação calamitosa da SATA. Vejamos o que sucedeu na atual legislatura, que ainda nem sequer completou um ano.

No Programa de Governo em vigor, o executivo socialista prometeu, e passo a citar, “garantir a sustentabilidade e fiabilidade das acessibilidades aéreas, externas e internas, a todas as ilhas da Região através da monitorização permanente da prestação do serviço de público de transportes aéreos entre a Região e o exterior e entre as nove ilhas”. Para além disto - que já não era mau - o atual Governo Regional comprometeu-se a “dotar o Grupo SATA dos instrumentos necessários para a sua contínua afirmação nacional e internacional, sem perder o sentido do seu verdadeiro objeto social que é servir sempre e cada vez melhor os Açores e os Açorianos”.

Ora os factos contrariam, de forma cruel, o lirismo do Programa do Governo. Monitorizar de forma permanente o comportamento da SATA, diz o Governo Regional.

Este acompanhamento pormenorizado da empresa permitiu aos membros do Governo Regional informar a população açoriana e explicar o caos que se vive na SATA. O anterior Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, Vítor Fraga, a quem cabia acompanhar o processo de planificação da operação da SATA para este verão, encontra-se em parte incerta, a planear, veja-se bem, um plano de mobilidade para Ponta Delgada. Pior que isto, só mesmo reanimar o capitão do “Titanic” e colocá-lo ao leme dos malogrados navios Anticiclone e Atlântida.

Em relação à nova Secretária dos Transportes e Obras Públicas, Dra. Ana Cunha, sei, porque vi, que já tomou posse da pasta. Mas tenho que confessar que não tenho mais nenhuma evidência do facto. Em relação aos problemas da SATA, acho que pensa - com alguma razão, diga-se de passagem - que não são contas do seu rosário. O resultado de tudo isto é



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

que a titular da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas ainda não disse nada sobre uma das mais mal planeadas operações da história da aviação açoriana. Se o Governo Açoriano fosse um grupo de super-heróis, a Sra. Secretária seria o membro feminino do "Quarteto Fantástico".

Mas nem tudo são fábulas no Governo Regional. A custo, o Presidente do Governo Regional lá reconheceu que nem tudo está a correr "às mil maravilhas" na SATA. Pode não parecer um grande avanço retórico, mas para quem parecia viver no melancólico ambiente das "Mil e Uma Noites", tudo isto significa um acordar difícil e traumático. Para empatar jogo, o Presidente do Governo diz agora que está a consultar personalidades. Em síntese, o Governo Regional, nesta questão, "nem está, nem se espera".

Meus senhores!

Pretendo, com esta interpelação, que o Governo Regional dê respostas e admita responsabilidades. Pretendo que aponte soluções. Pretendo que acautele o futuro de uma empresa vital para os Açores. Como região arquipelágica dispersa e ultraperiférica, é vital, para os interesses dos Açores, manter o controlo de uma companhia aérea que garanta as ligações aéreas internas e a nossa acessibilidade ao exterior. A sobrevivência da SATA é crucial para os Açores. Para isso é necessário tomar medidas. Nessa medida, questiono o seguinte:

**1. Do que é que está à espera o Governo Regional para mandar realizar uma auditoria global à empresa, de forma a perceber quem foram os responsáveis pela desastrosa planificação e execução da operação deste verão na SATA?**

**2. O Governo Regional admite a privatização parcial da SATA?** O Programa de Governo não é totalmente explícito nesta questão, uma vez que diz apenas "que pretende manter o Grupo SATA na esfera pública". Para o PPM, o Grupo SATA deve manter-se 100% na posse da Região. Já vimos o que sucedeu na EDA e o que significou a entrada dos privados no capital social da empresa: enfraquecimento da defesa do interesse público e uma recorrente e escandalosa distribuição de milhões de euros de lucros aos acionistas privados da empresa num contexto em que cada vez mais famílias açorianas são confrontadas com dificuldades para pagar o consumo de energia elétrica.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

3. **O Governo Regional compromete-se a manter a integridade do Grupo SATA?**

4. A Representação Parlamentar do PPM considera que **as greves realizadas pelos tripulantes de cabine da SATA adquiriram uma natureza predatória e chantagista**. Isto tendo em conta que os referidos profissionais usufruem de salários claramente superiores à média nacional e que a empresa, devido ao estado de vulnerabilidade em que se encontra, não está em condições de assumir medidas que impliquem o aumento de despesa. **Importa diminuir a exposição da empresa a greves deste tipo. O Governo tem algum tipo de plano em relação a este assunto?**

5. **Os factos demonstram que, para além de melhorar a qualidade da gestão, a reestruturação da empresa é algo incontornável. O Governo Regional tem algum plano a este respeito?** Se tem, solicito que o descreva.

6. O Governo Regional mantém a confiança no Conselho de Administração da SATA? Atribui-lhe algum tipo de responsabilidade no âmbito do cenário caótico que a empresa está a enfrentar?

Como se viu nesta intervenção, a Representação Parlamentar do PPM quer verdadeiramente discutir os problemas da SATA. Uma Interpeleção Parlamentar implica a formulação de perguntas por parte dos interpelantes e a disponibilidade do Governo para as responder.

Os açorianos exigem respostas. O Governo Regional tem o dever de responder de forma clara e honesta.

É isso que espero!

Horte, Sala das Sessões, 5 de setembro de 2017

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão